

Protesto lembra Saúde em Casa

Um ano depois de extinto, o Programa Saúde em Casa, da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, foi lembrado ontem no final da tarde, em forma de protesto. Funcionários demitidos pelo governo Joaquim Roriz se reuniram na rodoviária do Plano Piloto para reclamar do não-pagamento de direitos trabalhistas a 3 mil 200 pessoas, entre médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde, pertencentes às 278 equipes do programa que prestavam atendimento comunitário em nove cidades do DF.

Atualmente, mais da metade dos ex-funcionários tem ações na Justiça, reivindicando o pagamento de perdas, devidamente reajustadas. Segundo cálculos da assessoria da deputada distrital Maria José Maninha

(PT/DF), ex-secretária de Saúde e responsável pelo lançamento do Programa Saúde em Casa em 26 de fevereiro de 1997, o governo deverá pagar algo em torno de R\$ 25 milhões em direitos trabalhistas.

Uma das tentativas de garantir o pagamento dos funcionários demitidos é o projeto de lei autorizativo, de autoria dos deputados Edimar Pireneus (PMDB/DF), presidente da Casa, e Maria José Maninha, líder do PT na Câmara, aprovado no dia 11 de novembro passado e vetado pelo governador no mês seguinte. O projeto, além de beneficiar os ex-servidores do Saúde em Casa, inclui o acerto das rescisões contratuais de todos os demais funcionários do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) contratados no governo anterior.

André Corrêa



Magda, a filha Josilene e o neto Ítalo: tratamento, só no Gama

“Queremos protestar contra o fim do programa, que estava dando certo, mas mesmo assim foi extinto por questões políticas”, disse ontem o ex-funcionário Alexandre Varela, da equipe gestora do Saúde em Casa no Recanto das Emas, atualmente um dos representantes dos demitidos. Na próxima semana, os deputados distritais vão decidir se mantêm ou não o veto do governador.

ANTES E AGORA

Quando foi extinto, o Saúde em Casa tinha cadastradas 253 mil famílias (cerca de 1 milhão

300 mil habitantes) em São Sebastião, Planaltina, Paranoá, Recanto das Emas, Ceilândia, Brazlândia, Santa Maria, Samambaia e Núcleo Bandeirante. Hoje, segundo a coordenadora do atual Programa Saúde em Família, Maria da Paz Coutinho Dutra, 129 equipes foram implantadas em 14 cidades. Cada equipe, de acordo com determinação do Ministério da Saúde, deve atender a comunidades de mil famílias.

“Minha filha, nunca vi esse Saúde em Família passar por aqui”, garante a dona-de-casa Magda Maria de Jesus, 49 anos,

que mora a poucos metros do Centro de Saúde 4, na QR 512 de Samambaia, onde funcionam as equipes 1 e 4 do programa. Hipertensa, conta que sempre que precisa de médico vai ao Hospital Regional do Gama. “Aliás, nem esse programa e nem o outro (referindo-se ao Saúde em Casa)”. Na mesma casa, moram Josilene, 19 anos, o filho Ítalo, os irmãos Marcos, 8, e Juliana, 23, e o pai, Wilton, 49 anos.

Samambaia, que antes era atendida por 32 equipes, hoje dispõe de nove, compostas de um médico generalista (sem especialização nesse tipo de atendimento), uma enfermeira, três auxiliares de enfermagem e cinco agentes de saúde. Um dos objetivos do programa é reduzir a superlotação nos hospitais e implantar a medicina preventiva na comunidade.

Entre os pontos mais polêmicos relacionados ao programa, adotado nacionalmente pelo Ministério da Saúde, estão as contratações, feitas sem concurso, e que chegaram a ser questionadas pela Justiça, uma vez que se trata de serviço público. “São contratos de gestão entre a Fundação Hospitalar e o ICS, e isso é feito em todo o país”, argumenta a coordenadora do Saúde na Família.